



Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A.

CNPJ/MF nº 34.111.187/0001-12 Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3729 - 8º andar - Itaim Bibi - São Paulo - SP - Brasil Ouidoria: 0800-7700-668 - ouvidoria@haitongib.com.br

→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEMESTRE E EXERCÍCIO FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Em milhares de Reais)

Table with 5 columns: 2025, 2024, 2023, 2022, 2021. Rows include Créditos Tributários, Obrigações Diferidas, Posição Líquida, Valor Presente, % Realização Anual, and % Realização Acumulado. Totals for 2024 and 2023 are 307.096 and 106.272 respectively.

14 PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS

O Banco e suas controladas, no curso normal de suas atividades, são partes em processos de natureza fiscal, previdenciária, trabalhista e cível. As respectivas provisões foram constituídas levando-se em conta a legislação em vigor, a opinião dos assessores legais, a natureza e complexidade dos processos, o posicionamento dos Tribunais, o histórico de perdas e outros critérios que permitam a sua estimativa da forma mais adequada possível. Passivos Contingentes: a) O Banco possui as seguintes principais contingências que foram avaliadas individualmente por nossos assessores legais como de 'perda provável'...

15 TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

a. As operações do Banco são conduzidas no contexto de um conjunto de empresas que atuam integradamente nos mercados financeiros e de capitais, e estão assim representadas:

Table showing transactions between related parties for 2024 and 2023. Columns include Ativos (Passivos) and Recitas/ (Despesas). Rows include Juros sobre o capital próprio a receber, Juros sobre o capital próprio a pagar, Credores diversos, and Juros sobre o capital próprio a receber.

16 VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O Haitong Brasil estima o justo valor dos seus instrumentos financeiros com base em preços observados em mercados ativos ou, na sua ausência, recorrendo a técnicas de avaliação baseadas em modelos financeiros standard de mercado tais como desconto de cash flows e modelos de valorização de opções. Sempre que disponíveis, os parâmetros de mercado utilizados são os observados no mercado. Caso estes não sejam observados diretamente no mercado, são determinados os parâmetros de mercado através de ajustes no mercado futuro de derivativos ou obtidos através de preços indicativos de terceiros. O Haitong Brasil realiza ajustes ao justo valor de instrumentos financeiros não collateralizados de forma a refletir o risco de crédito da contraparte (CVA) destes derivativos, considerando o valor atual em exposição, a perda esperada em caso de incumprimento e a probabilidade de incumprimento. A probabilidade de incumprimento é estimada com base no modelo de avaliação de risco de crédito do Banco ou com base em informação de mercado quando aplicável.

Table showing fair value measurements for 2024 and 2023. Columns include Valoriados ao valor justo Total, Nivel 1, Nivel 2, Nivel 3. Rows include Ativos financeiros avaliados por seu valor justo, Passivos financeiros avaliados por seu valor justo, Ativos financeiros não avaliados por seu valor justo, Passivos financeiros não avaliados por seu valor justo, and Total.

Table showing fair value measurements for 2024 and 2023. Columns include Valoriados ao valor justo Total, Nivel 1, Nivel 2, Nivel 3. Rows include Passivos financeiros avaliados por seu valor justo, Passivos financeiros não avaliados por seu valor justo, Ativos financeiros não avaliados por seu valor justo, Passivos financeiros não avaliados por seu valor justo, and Total.

17 GERENCIAMENTO DE RISCOS

a. Introdução: O Haitong Brasil assume claramente que o gerenciamento do risco das suas atividades é um dos seus pilares estratégicos para seu crescimento e desenvolvimento no país e, dessa forma, proteger o capital da instituição e viabilizar a melhor rentabilidade dos seus negócios. Este objetivo são alcançados através da definição do apetite de risco pelo acionista e suportados por uma estrutura de regulamentos totalmente aderentes à legislação local, melhores práticas internacionais e integração com o acionista controlador. b. Tipos de Risco: Risco de Mercado e IRRBB (Interest Rate Banking Book): o risco de mercado, por definição, trata da possibilidade de ocorrência de perdas resultantes em taxas de juros, preços, valores de mercado de commodities, variações cambiais e outros fatores de risco, os quais sensibilizam o valor de mercado de instrumentos detidos pela instituição. O gerenciamento do risco de mercado é efetuado através do monitoramento diário reportado à Administração, à Tesouraria e ao Controle de Riscos. O monitoramento vale-se dos níveis atuais de exposição perante os limites estabelecidos, os quais são determinados tanto em termos de riscos nominais quanto em termos de perdas esperadas. São utilizadas as principais métricas usuais de mercado como: VaR (Value at Risk), análise de sensibilidade (V01) e Stress Testing. Complementando a estrutura de acompanhamento de riscos de mercado, é reportada diariamente a exigência de capital, conforme normas estipuladas pelo Banco Central do Brasil. Já o IRRBB é definido como o risco de impacto, na forma de movimentos adversos, nos instrumentos que a instituição detinha na carteira bancária. Os riscos da carteira bancária são apurados e reportados diariamente através das abordagens de valor econômico (Economic Value of Equity - EVE) e resultado de intermediação financeira (Net Interest Income - NII), além da análise de sensibilidade (V01), tanto em condições de monitoramento diário quanto sob condições de Stress Testing. Complementando a estrutura de gerenciamento do IRRBB, é reportada mensalmente a parcela Banking, conforme normas estipuladas pelo Banco Central do Brasil. Risco de Crédito: trata-se da possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte, o tomador de suas obrigações financeiras nos termos pactuados, a desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do intervirno ou do instrumento mitigador; a reestruturação de instrumentos financeiros; ou custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos. A estrutura local recomenda a aprovação de suas operações para aprovação final que é realizada na matriz. A concessão de limites concedidos passa por um processo de atribuição de rating aos clientes dos diferentes segmentos de risco e segue metodologia interna global. Complementando o controle dos riscos de crédito, mensalmente são apuradas informações do Demonstrativo de Limites Operacionais (DLO) para avaliação e reporte regulatório do risco de crédito ao nível do consumo de capital associado às suas exposições. Risco de CVA (Credit Valuation Adjustments): trata-se de um ajuste prudencial ao valor justo dos instrumentos derivativos com o intuito de refletir o risco de crédito da contraparte, ou seja, o CVA pode ser traduzido como o valor de mercado do risco de crédito da contraparte. Dessa forma, a mitigação ou proteção do risco CVA, deve ser observada sob a ótica do risco de default das contrapartes no que se refere especificamente aos instrumentos derivativos. Risco de Liquidez: trata-se da incapacidade da instituição em cumprir suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias ou mesmo devido à falta de liquidez para os seus ativos, bem como se isso afeta suas operações diárias ou mesmo incorre em perdas significativas. O controle do risco de liquidez é feito através do monitoramento diário da liquidez disponível, ou seja, instrumentos considerados como sendo HQLA (High Quality Liquid Asset) e o fluxo de caixa disponível. Adicionalmente, se utiliza de mecanismo de projeção de fluxo de caixa, adotando-se de premissas quanto ao comportamento das entradas e saídas futuras num período de até 365 dias corridos, entendendo-se como boas práticas no controle do risco de liquidez. Risco de Transiência: é definido como o risco de uma contraparte não conseguir cumprir suas obrigações devido ao ambiente político e econômico do país, ou seja, entendido como a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de eventos inesperados e inesperadas, correntes e futuras, inclusive a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou falhas, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas e em razão de descumprimento de dispositivos legais bem como as respectivas indenizações por danos a terceiros decorrentes de atividades desenvolvidas pela instituição. O Banco também mantém em vigor o mecanismo de avaliação de risco de crédito, utilizando-se de uma metodologia para regular a instituição e avaliar ao máximo a ocorrência de perdas, tanto efetivas quanto potenciais. Os eventos de risco operacional são registrados/monitorados em sistema próprio e reportados à Administração local e ao controle de riscos na matriz. Risco de Estratégia do Negócio: risco de perdas decorrentes de decisões estratégicas. Este risco é monitorado pela alta administração através de relatórios periódicos com os indicadores de desempenho da estratégia. O Departamento Financeiro mantém em vigor o sistema de controle de risco de Gestão, é o responsável pelas reportagens divulgadas mensalmente aos responsáveis tanto locais quanto na matriz, bem como informações periódicas ao Conselho de Administração. Risco de Compliance: trata-se do risco de sanções legais ou regulatórias, perdas financeiras ou danos reputacionais, bem como de medidas administrativas ou criminais decorrentes da falta de cumprimento de disposições legais e regulatórias, violação de mercado local e internacional e decorrentes de compromissos assumidos por meio de códigos de autogerulação, padrões técnicos ou códigos de conduta. O risco de Compliance é gerenciado de modo preventivo, através de monitoramentos das atividades, acurçamento dos colaboradores, treinamentos sobre legislação e normas internas aplicáveis aos negócios do Banco. Risco de Lavagem de Dinheiro e Financiamento aterrorista: risco de danos reputacionais, financeiros e legais decorrentes da participação na lavagem de dinheiro, através de seus produtos e serviços, com recursos de origem ilícita no Brasil e/ou no exterior, tais como corrupção, tráfico de entorpecentes e evasão de divisas. O risco de Financiamento a terceiros relaciona-se à possibilidade de utilização do Banco para operações de pessoas físicas e/ou pessoas jurídicas em transações que envolvem recursos destinados a atividades terroristas. Tais pessoas podem ou não ter sido listadas pelo Comitê de Avaliação de Risco do Acão Financeira das Nações Unidas (FATF) e pelo Comitê de Avaliação de Risco das Nações Unidas (ONU), União Europeia, entre outros. Para prevenir e combater a lavagem de dinheiro e o financiamento ao terrorismo, o Banco dispõe de ferramentas de controle e monitoramento baseadas em práticas internacionais, que abrangem governança corporativa, sistemas informativos e equipes capacitadas para conduzir os monitoramentos internos. O Banco realiza treinamentos periódicos a todos os seus colaboradores sobre prevenção, avaliação de risco e relatórios a serem feitos no território, além de manter em vigor seus regulamentos internos sobre o assunto. Risco do Modelo: é o risco associado às perdas que podem ocorrer quando um modelo financeiro para avaliar e/ou gerar um determinado risco não performe corretamente e pode levar a uma tomada de decisão equivocada, levando a instituição a ter reflexos nos seus resultados e/ou ganhos e sua reputação. Risco de fraude: risco de perda pela governança incorreta, fraude, risco de fraude em modo de operação, aquisição de software ou serviços e utilização de ferramentas de TI. Todas com funções e responsabilidades bem definidas entre as várias partes envolvidas nos processos. Risco Reputacional: está associado a uma percepção desfavorável do Banco pelos diversos agentes com os quais se relaciona, sejam agentes internos ou externos, e que podem ter um impacto desfavorável no âmbito dos resultados, bem como na imagem e no posicionamento do Banco junto aos investidores. O Banco mantém em vigor o sistema de referência-se à possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados à violação de direitos e garantias fundamentais ou a atos lesivos a interesse comum, o Risco Ambiental refere-se à possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados à degradação do meio ambiente, incluindo o uso excessivo de recursos naturais e o Risco Climático que é definido em suas dimensões física, ambiental e climático; (v) monitoramento de ocorrência de exposições a setores econômicos ou decorrentes de eventos associados ao processo de transição para uma economia de baixo carbono, em que a emissão de gases do efeito estufa é reduzida ou compensada e os mecanismos naturais de captura desses gases são preservados e (vi) Risco Físico que refere-se à possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição decorrentes de impactos associados a interrupções de serviços em decorrência de eventos ambientais de longo prazo que possam ser relacionadas a mudanças em padrões climáticos. Com a recente inserção do Banco no escopo regulatório, de acordo com a abrangência requerida e estabelecida pelos Artigos 38-D, 38-E e 38-F da Resolução CMN nº 4943, o Haitong Brasil acessou e passou a considerar na sua estrutura de gerenciamento de riscos: (i) maiores mecanismos para a identificação e o monitoramento dos riscos referidos aos seus produtos, serviços, atividades e processos de contrapartes, entidades controladas pela instituição e fornecedores e prestadores de serviços considerados relevantes; (ii) identificação, avaliação, classificação e mensuração dos riscos referidos acima a partir de critérios e informações consistentes e passíveis de verificação; (iii) registro de dados relevantes para o gerenciamento dos riscos; (iv) identificação tempestiva de mudanças políticas, legais, regulatórias, tecnológicas ou de mercado que possam impactar de maneira relevante os riscos sociais, ambientais ou climáticos; (v) identificação e classificação de impactos dos riscos, incluindo as regiões geográficas; (vi) tratamento das interações entre o risco social, o risco ambiental e o risco climático, no âmbito do gerenciamento, tendo em conta mecanismos e critérios, claramente documentados e passíveis de verificação e (vii) elaboração de relatórios gerenciais contendo dados sobre as perdas relevantes decorrentes de impactos associados a interrupções de serviços em decorrência de eventos ambientais de longo prazo que possam ser relacionadas a mudanças em padrões climáticos, o qual possui abrangência adequada para identificação da potencialidade destes riscos. E mais, a aprovação de qualquer tipo de operação é submetida às análises pertinentes, considerando a possível existência de impactos quanto a destinação dos recursos, sempre procurando estabelecer cláusulas específicas de vencimento antecipado em seus contratos, com o intuito de minimizar a volatilidade de caixa decorrente da operação. Risco de Gestão Integrada de Riscos e Capital e Segmentação: Em alinhamento internacional para as melhores práticas de regulamentação prudencial, foi publicada a Resolução CMN nº 4553, que estabeleceu a segmentação das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar no país para fins de aplicação proporcional da regulamentação prudencial, sem prejuízo da data de aplicação, solidas das instituições financeiras, com maior eficiência e menor custo de observância de Nesse contexto, o Haitong Brasil está no segmento "SF" designado em instituições de porte inferior a 0,1% do PIB na segunda data desta publicação. Na sequência, em 23 de fevereiro de 2017, foi publicada a Resolução CMN nº 4557, posteriormente atualizada pelas Resoluções CMN nº 4745 de 29 de agosto de 2019 e CMN nº 4945 de 15 de setembro de 2021, que dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e capital (GRC). Esta regulamentação aponta para a necessidade de implementação de uma estrutura de gerenciamento contínuo e integrado de riscos e capital, com requerimentos para definição da Declaração de Apetite por Riscos (RAS, "Risk Appetite Statement"), estabelecimento de programa de testes de estresse, a constituição de Comitê de Riscos e a indicação de diretor responsável pelo gerenciamento de riscos (CRO), com definições de atuação, responsabilidades e requisitos de independência. Mais informações sobre o gerenciamento de riscos e capital podem ser encontradas em nosso site (www.haitongib.com.br), na seção Relatório de Riscos, anexo Gerenciamento de Riscos - Pr 3. c. Governança de Riscos e Capital: O Conselho de Administração (CA) do Haitong Brasil é o principal órgão responsável pelo estabelecimento das diretrizes, regulamentos e alçadas para o gerenciamento de riscos e capital. Por sua vez, o Departamento de Controle de Riscos, através do CRO, é responsável por subsidiar os membros do CA no desempenho de suas atribuições em relação ao gerenciamento de riscos e capital do Banco, destacando também a atuação do Comitê de Riscos, da Diretoria Executiva, do Diretor de Riscos (CRO - Chief Risk Officer) e todos os demais Comitês, operacionais e executivos, que compõem o arcabouço de governança do Haitong Brasil. O gerenciamento e controle de riscos e capital do Haitong Brasil está estruturado de acordo com responsabilidades suportadas em "Três Linhas de Defesa" que desempenham funções independentes, de forma não comprometer a sua efetividade, bem como atuação distinta entre si, conforme segue: 1. Primeira Linha de Defesa é aquela

representada pelas áreas de negócios (Front-Office), responsável por identificar, mensurar, avaliar, controlar, reportar e mitigar os riscos das suas operações e atividades por elas originadas. 2. Segunda Linha de Defesa é uma unidade independente representada pela Diretoria de Controle de Riscos. A responsabilidade dessa segunda linha é assegurar o monitoramento e controle de riscos de forma garantir que as atividades do Banco estão aderentes ao nível de apetite de risco definido pela Administração do Banco. No Haitong Brasil, além do Controle de Risco, a segunda linha também tem o suporte das áreas de Compliance e TI. 3. Terceira Linha de Defesa é representada pela Auditoria Interna, que, de modo independente, revisa e valida as atividades das duas primeiras linhas de defesa e contribui para seu aprimoramento. O suporte da Diretoria e do Conselho de Administração completa a atuação em terceira linha de defesa. O funcionamento das "Três Linhas de Defesa", mesmo independentes entre si, deve ocorrer de forma coordenada, com objetivo de maximizar sua eficiência e contribuir para o desenvolvimento do Banco. Cultura de Risco: O Haitong Brasil adota diversas ações para disseminar a cultura de risco, de forma a fortalecer valores e alinhar suas diretrizes e o apetite de risco da instituição junto aos seus colaboradores. Dessa forma, o Banco torna transversal e eficiente o funcionamento das três linhas de defesa mencionadas anteriormente. d. Gestão Integrada de Riscos: De forma conceitual, a gestão de riscos é de responsabilidade de todas as áreas e colaboradores os quais devem informar constantemente as suas áreas e às deficiências de controle às áreas em condições de sanáveis. O Haitong Brasil possui uma área responsável pela Gestão Integrada de Riscos, cujas atribuições são exercidas de forma centralizada e independente, liderada pelo CRO (Chief Risk Officer). Esta unidade é responsável pela identificação, monitoramento e reporte dos riscos considerados relevantes pela Administração (riscos materiais), utilizando-se de processos específicos, metodologias internas, limites, regulamentos e procedimentos de controles estabelecidos em conformidade com o apetite de risco definido pelo Conselho de Administração, consistente com as diretrizes estabelecidas e autorizadas pelo acionista. A área de Controle de Risco é responsável pela medição, monitoramento, reporte e o controle contínuo e integrado das posições e exposições ao risco vis à vis aos limites pré-aprovados, para todas as operações realizadas e dos fatores de risco que incorre, cujos processos são formalizados através de relatórios periódicos. Adicionalmente é responsável pela realização de testes de estresse dos riscos da carteira do Banco. As referidas exposições aos riscos materiais e posições em carteira própria que tornam os limites de tolerância a risco são definidas e formalizadas nos respectivos comitês internos de governança. Valores atualizados com base no último relatório distribuído - 31/12/2024: • Risco de Mercado: O VaR consolidado do Banco totalizava R\$ 1.204 (modelo de VaR Histórico para 10 dias com 99% de nível de confiança), o que representou 0,42% do Patrimônio de Referência e encorramento de 2024. • IRRBB: Os resultados referentes à abordagem de valor econômico (EVE) e de resultado de intermediação financeira (NII), fecharam em R\$ 11.343 e R\$ 4.088 respectivamente. • Risco de Crédito: A liquidez disponível totalizava R\$ 702.050, o que representou 2,45 vezes o PR. • Risco de Liquidez: As operações de crédito e fianças totalizavam R\$ 451.546 (31.12.2023 R\$ 506.233) correspondente a 6,35% (31.12.2023 6,56%) do Ativo Total, sendo distribuídas pelos seguintes cinco principais setores em: Energia (46,88%); Metalúrgica e Mineração (17,93%); Telecomunicações (13,67%); Química e Petroquímica (7,16%) e Agronegócio (6,72%). e. Gerenciamento de Capital: O gerenciamento de capital é definido como processo contínuo de monitoramento e controle do capital do Banco, avaliação da necessidade de capital face aos riscos a que a instituição está sujeita e o planejamento de metas e necessidades de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição. Sempre adotando uma postura prospectiva e antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado. Como responsável pelo gerenciamento de capital perante o Banco Central do Brasil foi designado o Diretor responsável de Riscos (CRO - Chief Risk Management), atualmente subordinado ao Presidente. O processo de gerenciamento de capital está alinhado às melhores práticas de mercado e abrange todas as áreas envolvidas com a identificação e avaliação dos riscos integrados relevantes incorridos pelo Banco. Caso a avaliação da necessidade de capital aponte para um valor acima do Capital Mínimo exigido pelo Regulador, a instituição adotará medidas cabíveis a fim de manter o capital compatível com os resultados das suas avaliações internas. O Plano de Capital do Haitong Brasil é elaborado de forma consistente com o planejamento estratégico e é preparado concomitantemente com a elaboração do plano de negócios e o orçamento anual. As responsabilidades e a estrutura organizacional de gerenciamento de capital envolvem a Diretoria Executiva, o Conselho de Administração, as áreas de Controle de Riscos e de Controle de Crédito. Além disso, conforme prevê a legislação vigente, possui Plano de Contingência que possibilita a capitalização adequada em caso de condições de estresse, exigindo assim, acionar os estímulos necessários e mais adequados, para a aplicação do Plano de Contingência estabelecido e aprovado pela alta Administração.

18 RESULTADO NÃO RECORRENTE

Table showing non-recurring results for 2024 and 2023. Rows include Resultado recorrente, Reversão da Provisão para PIS e Cofins, Reversão da Provisão para PIS e Cofins em subsidiárias, and Impacto do resultado não recorrente. Totals for 2024 and 2023 are (4.633) and (27.112) respectively.

19 OUTRAS INFORMAÇÕES

a. O Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A. apura seus limites operacionais de forma consolidada, dentro dos parâmetros definidos por Basileia III, requerimentos que impuseram maior e melhor qualidade no nível de capital das instituições, além das medidas de caráter prudencial, o que tornou o sistema financeiro mais sólido às crises que venham ocorrer. A seguir, demonstramos a relação entre o patrimônio líquido de referência e o patrimônio líquido exigido:

Table showing other information and ratios for 2024 and 2023. Rows include TIER I - Patrimônio de Referência - Capital Principal, RWAA - risco de crédito, RWAV - risco de mercado, RWAR - risco operacional, Excesso de PR (TIER I + TIER II), Índice em 31.12.2024 - de Basileia, Índice em 31.12.2023 - de Basileia, Recitadas de prestação de serviços, Despesas de pessoal, Despesas tributárias, Outras despesas administrativas, Outras despesas operacionais, and Provisão para reestruturação. Totals for 2024 and 2023 are 286,3 and 72,304 respectively.

Table showing the Board of Administration (Conselho de Administração) members: Guangtao Pan, Alan do Amaral Fernandes, Antônio Carlos Gomes Pacheco, Bin Xu, Nuno Miguel Sousa Figueiredo Carvalho, Pedro Alexandre Martins Costa, Wu Min.

Table showing the Board of Directors (Conselho de Diretores) members: Alan do Amaral Fernandes, Bin Xu, Carlos José Caetano Guzzo, Rogério Dalpain Graziotin, Rogério Pereira.

Table showing the Board of Auditors (Conselho de Auditores) members: Carlos Romano Filho, CRC ISP207.844/O-0, Ricardo Barth de Freitas, Ricardo Barth de Freitas, CRC ISP235228/O-5.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras do Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Instituição em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN). Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor" da auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conformes essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor: A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório de Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras: A administração da Instituição é responsável pela

elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encorramento das operações. Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejar nossos procedimentos

de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das controladas com base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras da Instituição. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria de grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. São Paulo, 21 de março de 2025. Ricardo Barth de Freitas, Ricardo Barth de Freitas, CRC ISP235228/O-5

Document signed digitally with MP nº 2.200-2 of 24/08/2002, by Instituto Infracap de Defesa do Consumidor, de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. Includes QR code and contact information for PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. CRC 2SP00160/O-5.